



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXII Nº 130, SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 2004. EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS
87.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES	04	VOTAÇÃO NOMINAL	13
ATA	04	PARECERES	14
REQUERIMENTOS	04	RESENHA DE REUNIÃO	15
INDICAÇÕES	05		

MESA DIRETORA

Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
Presidente

- 1.ª Vice-Presidente Deputada Telma Pinheiro (PFL)
2.º Vice-Presidente Deputado César Pires (PFL)
3.º Vice-Presidente Deputado Reginaldo Nunes (PL)
4.º Vice-Presidente Deputado Francisco Gomes (PFL)

- 1.º Secretário Deputado Joaquim Haickel (PSB)
2.º Secretário Deputado Max Barros (PFL)
3.º Secretário Deputado Geovane Castro (PFL)
4.º Secretário Deputado Hélio Soares (PP)

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD

1. Deputado Antonio Bacelar (PFL)
2. Deputado Arnaldo Melo - licenc.
3. Deputado Camilo Figueiredo - licenc.
4. Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
5. Deputado César Pires (PFL)
6. Deputado Francisco Gomes (PFL)
7. Deputado Geovane Castro (PFL)
8. Deputado João Evangelista (PFL)
9. Deputado Joaquim Haickel (PSB)
10. Deputado Manoel Ceará (PL)

11. Deputada Maura Jorge (PFL)
12. Deputado Max Barros (PFL)
13. Deputado Pedro Veloso (PSDC)
14. Deputado Reginaldo Nunes (PL)
15. Deputado Pavão Filho (PRONA)
16. Deputado Rigo Teles (PFL)
17. Deputado Rubens Pereira (PFL)
18. Deputada Telma Pinheiro (PFL)
19. Deputada Teresa Murad (PSB)
20. Deputado Wilson Carvalho (PFL)

Líder

Deputado Rubens Pereira (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Antonio Bacelar (PFL)
Deputado Rigo Teles (PFL)
Deputada Maura Jorge (PFL)

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP

1. Deputado Aderson Lago (PSDB)
2. Deputado Alberto Franco (PSDB)
3. Deputado Antonio Pereira (PPS)
4. Deputado Carlos Braide (PMDB)
5. Deputado Carlos Filho (PV)
6. Deputada Cristina Archer (PSDB)
7. Deputado Deusdedith Sampaio (PMDB)
8. Deputado Elígio Almeida (PP)

9. Deputado Hélio Soares (PP)
10. Deputado Humberto Coutinho (PTB)
11. Deputada Janice Braide (PTB)
12. Deputado José Lima (PV)
13. Deputado Manoel Ribeiro (PTB)
14. Deputado Paulo Neto (PSC)
15. Deputada Socorro Waquim (PMDB)
16. Deputado Soliney Silva (PP)
17. Deputado Stênio Resende (PMDB)

Líder

Deputado Soliney Silva (PP)

Vice-Líderes

Deputado Stênio Rezende (PMDB)
Deputada Cristina Archer (PSDB)
Deputada Socorro Waquim (PMDB)

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO

1. Deputado Domingos Dutra (PT)
2. Deputada Graça Paz (PDT)
3. Deputada Helena Barros Heluy (PT)
4. Deputado Julião Amin (PDT)

5. Deputado Luiz Pedro (PDT)
6. Deputado Mauro Bezerra (PDT)
7. Deputado Rubem Brito (PDT)

Líder

Deputado Luiz Pedro (PDT)

Vice-Líder

Deputado Domingos Dutra (PT)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Deputado João Evangelista (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Carlos Braide (PMDB)
Deputado Soliney Silva (PP)
Deputado Pavão Filho (PRONA)

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Teresa Murad (BPD) - PRESIDENTE	Alberto Franco (BPP)
Stênio Resende (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Pavão Filho (BPD)	José Lima (BPP)
Carlos Braide (BPP)	Rubens Pereira (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)	Helena Barros Heluy (BPO)

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rigo Teles (BPD) - PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Paulo Neto (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Socorro Waquim (BPP)
Soliney Silva (BPP)	Maura Jorge (BPD)
Rubens Pereira (BPD)	Antônio Bacelar (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Mauro Bezerra (BPO)

III - Comissão de Agricultura, Política Agrária e Produção.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Paulo Neto (BPP) - PRESIDENTE	Humberto Coutinho (BPP)
Janice Braide (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Rigo Teles (BPD)	Socorro Waquim (BPP)
Manoel Ceará (BPP)	Pavão Filho (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Domingos Dutra (BPO)

IV - Comissão de Educação, Ciências, Tecnologia, Cultura e Desporto.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Alberto Franco (BPP) - PRESIDENTE	Teresa Murad (BPD)
Socorro Waquim (BPP) VICE-PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Pavão Filho (BPD)	Rubens Pereira (BPD)
Cristina Archer (BPP)	José Lima (BPP)
Luis Pedro (BPO)	Julião Amin (BPO)

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Luis Pedro (BPO) - PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Elígio Almeida (BPP) VICE-PRESIDENTE	João Evangelista (BPD)
Teresa Murad (BPD)	Maura Jorge (BPD)
Manoel Ceará (BPP)	Paulo Neto (BPP)
Carlos Filho (BPP)	Fortunato Macedo (BPO)

VI - Comissão de Saúde, Seguridade e Ação Social.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Humberto Coutinho (BPP) - PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Antônio Pereira (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará (BPD)
Elígio Almeida (BPP)	Stênio Resende (BPP)
João Evangelista (BPD)	Cristina Archer (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)	Fortunato Macedo (BPO)

VII - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional.Titulares

Cristina Archer (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Rigo Teles (BPD)
 Antonio Bacelar (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Antonio Pereira (BPP)
 Luís Pedro (BPO)

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor.Titulares

Maura Jorge (BPD) - PRESIDENTE
 Fortunato Macedo (BPO)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Carlos Braide (BPP)
 Teresa Murad (BPD)

Suplentes

Carlos Braide (BPP)
 Humberto Coutinho (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)
 Helena Barros Heluy (BPO)

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.Titulares

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Helena Barros Heluy (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Paulo Neto (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)

Suplentes

Janice Braide (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Elígio Almeida (BPP)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Maura Jorge (BPD)

X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação.Titulares

Pavão Filho (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Socorro Waquim (BPP)
 Carlos Filho (BPD)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Alberto Franco (BPP)
 Rigo Teles (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Rubem Brito (BPO)

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo.Titulares

Deusdedith Sampaio (BPP) - PRESIDENTE
 José Lima (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Janice Braide (BPD)
 Carlos Filho (BPP)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Paulo Neto (BPD)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Luís Pedro (BPO)

XII - Comissão de Ética.Titulares

Stênio Resende (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Wilson Carvalho (BPD)
 João Evangelista (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Alberto Franco (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Helena Barros Heluy (BPO)

XIII - Comissão de Economia, Indústria e Comércio.Titulares

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 João Evangelista (BPD)
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

Suplentes

Carlos Filho (BPD)
 Manoel Ceará (BPP)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Fortunato Macedo (BPO)

XIV - Comissão de Legislação Participativa.Titulares

Rubens Pereira (BPD) - PRESIDENTE
 Luís Pedro (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Janice Braide (BPP)

Suplentes

Elígio Almeida (BPP)
 Stênio Resende (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18/11/2004 - 5.ª FEIRA

GRANDE EXPEDIENTE

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

DEPUTADO

TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 10 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 24 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 26 MINUTOS

Ata da Octogésima Sexta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em dezessete de novembro do ano de dois mil e quatro.

Presidente deputado Carlos Alberto Milhomem.
Primeiro secretário deputado Max Barros.
Segundo secretário deputado Francisco Gomes.

Às nove horas e trinta minutos presentes os deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Antônio Carlos Bacelar, Antônio Pereira, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, César Pires, Cristina Archer, Domingos Dutra, Elígio Almeida, Francisco Gomes, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, Joaquim Nagib Haickel, José Lima, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Maura Jorge, Mauro Bezerra, Max Barros, Paulo Neto, Pavão Filho, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Rubem Brito, Rubens Pereira, Socorro Waquim, Soliney Silva, Stênio Rezende, Telma Pinheiro, Teresa Murad e Wilson Carvalho.

Ausentes: Carlos Filho, Deusdedith Sampaio, Geovane Castro, Graça Paz, Humberto Coutinho, Janice Braide, João Evangelista e Pedro Veloso.

I - ABERTURA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Com a palavra o senhor segundo secretário para leitura do texto bíblico e ata da sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO FRANCISCO GOMES – (Lê texto bíblico e lê Ata). Ata lida Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Ata lida e considerada aprovada. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário para proceder a leitura do Expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO MAX BARROS – (Lê Expediente).

II - EXPEDIENTE**REQUERIMENTO Nº 209 / 04**

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 156, inciso IX, do Regimento Interno requereiro a V. Exª após manifestação do Plenário, seja enviado ao Órgão de Representação Diplomática da **Autoridade Nacional da Palestina**, sediado em Brasília, **VOTOS DE PESAR** pelo falecimento do Líder **IASSER ARAFAT**, Presidente da Autoridade Nacional Palestina.

JUSTIFICATIVAS:

O povo palestino perdeu na semana passada o seu maior líder e o mundo ficou privado de um guerreiro. Cresci vendo, ouvindo, acompanhando e torcendo pela a luta de IASSER ARAFAT em defesa do Estado palestino. Infelizmente os judeus que foram massacrados e vítimas do nazismo, guardadas as diferenças, os objetivos e as conjunturas históricas, agora massacram e vitimam os palestinos.

A morte de IASSER ARAFAT e a vitória de Gorge W Bush representam dois duros golpes à luta por um mundo livre, justo e democrático e especial para construção de um Estado Palestino.

Apesar deste retrocesso político, os guerreiros continuam vivos e tenho certeza que lá do alto, junto com Alá, IASSER ARAFAT estará orando pela libertação do seu povo.

Plenário Gervásio Santos do Palácio Manuel Bequimão, em 17 de novembro de 2004. JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - Dep. DOMINGOS DUTRA (PT).

APROVADO

EM: 17 / 11 / 04

REQUERIMENTO Nº 210 / 04

Senhor Presidente,

Na forma regimental e após a manifestação do Plenário requereiro a V. Exª, sejam convidados o **Dr. ISAEL FERNANDO DE CARVALHO BAYMA**, Diretor de Planejamento e Engenharia da Diretoria Nacional da Eletronorte, o **Dr. EDMISON IRINEU CARNEIRO** Coordenador Estadual do Programa Luz para Todos e o **Dr. AUGUSTO MIRANDA**, Diretor da Engenharia da Cemar, também responsável pelo programa Luz para Todos para expor e debater em audiência pública às **15:00h** do dia 02 de dezembro do ano em curso, nas Comissões de **Política Agrária, Produção e Desenvolvimento Sustentável** e de **Meio Ambiente, Minas e Energia** as diretrizes e o calendário de execução do programa LUZ PARA TODOS no Estado do Maranhão.

JUSTIFICATIVAS:

O Presidente LULA assumiu compromisso de até o ano 2010 colocar luz elétrica em todas as residências dos brasileiros que hoje não dispõe deste programa.

O Estado do Maranhão para não fugir a regra e o que possui o maior número de residências sem luz elétrica no país.

A Eletronorte e a Cemar são responsável pela eletrificação rural no Estado. Recentemente o Deputado Federal RIBAMAR ALVES fez denúncias de irregularidades na execução do programa, sendo as mesmas rebatidas pelas empresas em referência.

Considerando a importância deste programa para o Brasil e de modo especial para o Estado do Maranhão, torna-se mais do que oportuno a audiência solicitada, tendo em vista que todos os membros desta Casa de Leis possuem elevados e nobres interesses na defesa dos direitos do sofrido povo do Maranhão.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 17 de novembro de 2004. JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA(PT).

APROVADO

EM: 17 / 11 / 04

REQUERIMENTO Nº 211 / 04

Senhor Presidente

Na forma regimental requereiro a V. Exa. após manifestação da Mesa, que seja justificada a minha ausência das Sessões Plenárias realizadas entre os dias 10 a 15 de novembro do ano em curso, conforme atestado médico em anexo.

Plenário Deputado Gervásio Santos do Palácio Manoel Bequimão, em 16 de novembro de 2004. Socorro Waquim - Deputada Estadual.

DEFERIDO

EM: 17 / 11 / 04

INDICAÇÃO Nº 1023 / 04

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a V. Exa. que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Maranhão, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando providências no sentido de determinar a **RECUPERAÇÃO COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA 36, RUA 37, RUA 38 E RUA 39, no BAIRRO JARDIM AMÉRICA DO NORTE, SÃO LUIS – MA**, considerando o péssimo estado de conservação em que elas se encontram, cheia de buracos, dificultando o trânsito de veículos e pedestres que diariamente circulam pela referidas vias públicas.

Os moradores das ruas as quais nos referimos vivem um verdadeiro dilema, durante o período das chuvas a água fica acumulada colaborando para a proliferação de agentes portadores de doenças, durante o verão predomina a poeira que provoca doenças respiratórias em crianças, jovens e adultos.

É necessário que a autoridade governamental determine a execução de obras de infra-estrutura visando tornar a vida da população mais saudável, melhorando a qualidade de vida das pessoas e o aspecto paisagístico dos bairros.

Nossa propositura em benefício dos moradores da **RUA 36, RUA 37, RUA 38 E RUA 39, no BAIRRO JARDIM AMÉRICA DO NORTE**, vem atender a um antigo anseio dos moradores dos referidos logradouros públicos, em obterem do poder público ações concretas, no que tange a realização de obras de infra-estrutura básica.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”. Em São Luís, 11 de novembro de 2004. ALBERTO FRANCO - DEPUTADO ESTADUAL PSDB.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 1024 / 04

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro à Vossa Excelência, que após ouvida a mesa, seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário de Desenvolvimento Humano, Edson do Nascimento, solicitando a conclusão da construção do FAROL DA EDUCAÇÃO, no município de Arari/MA.

Considerando a extrema relevância deste benefício, como forma de garantir cidadania à população, a partir da criação de um espaço público destinado a pesquisas e a busca de conhecimentos.

Plenário “Deputado Gervásio Santos” do Palácio MANOEL BEQUIMÃO, em 08 de novembro de 2004. Maura Jorge - Deputada Estadual.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 1025 / 04

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro à Vossa Excelência, que após ouvida a mesa, seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário de Desenvolvimento Humano, Edson do Nascimento, solicitando a conclusão da construção do FAROL DA EDUCAÇÃO, no município de Lago da Pedra/MA.

Considerando a extrema relevância deste benefício, como forma de garantir cidadania à população, a partir da criação de um espaço

público destinado a pesquisas e a busca de conhecimentos.

Plenário “Deputado Gervásio Santos” do Palácio MANOEL BEQUIMÃO, em 08 de novembro de 2004. Maura Jorge - Deputada Estadual.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 1026 / 04

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a V. Exa. que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Maranhão, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando providências no sentido de determinar a **RECUPERAÇÃO COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA 01 e RUA 02 no BAIRRO SANTA EFIGÊNIA, no Município de São Luis -MA**, considerando o péssimo estado de conservação em que as mesmas se encontram, cheia de buracos, dificultando o trânsito de veículos e pedestres que diariamente circulam pela referida via pública.

Os moradores das ruas as quais nos referimos vivem um verdadeiro dilema, durante o período das chuvas a água fica acumulada contribuindo para a proliferação de agentes portadores de doenças, durante o verão predomina a poeira que provoca doenças respiratórias em crianças, jovens e adultos.

É necessário que a autoridade governamental determine a execução de obras de infra-estrutura visando tornar a vida da população mais saudável, melhorando a qualidade de vida das pessoas e o aspecto paisagístico dos bairros.

Nossa propositura em benefício dos moradores da RUA 01 e Rua 02, no BAIRRO SANTA EFIGÊNIA, vem atender a um antigo anseio dos moradores dos referidos logradouros públicos, em obterem do poder público ações concretas, no de infra-estrutura básica.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”. Em São Luís, 11 de novembro de 2004. ALBERTO FRANCO - DEPUTADO ESTADUAL PSDB.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 1027 / 04

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a V. Exa. que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao **Ilmo. Sr. DIRETOR DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS – SAAE, do MUNICÍPIO DE CURURUPU - MA, MARIANO COSTA**, solicitando providências, no sentido de autorizar ao departamento técnico da referida autarquia, responsável pela distribuição e controle de qualidade da água canalizada que abastece os logradouros da cidade, a elaboração de estudos de viabilidade técnica que possibilitem desenvolver, em parceria com a **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO MARANHÃO – CAEMA**, um projeto cuja finalidade é dar um padrão de qualidade a água distribuída às residências das famílias cururupuenses. Devemos levar em consideração, que até o momento a autarquia municipal não foi capaz de desenvolver um projeto de tamanha magnitude, que ofereça água mais saudável à população, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelas instituições que cuidam da saúde pública.

As reservas de água doce disponíveis para consumo, é o grande desafio das autoridades mundiais, pois tendem a escassez. Para melhor aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis na área territorial do município de Cururupu, é preciso que se desenvolvam políticas, em parceria com o Estado, mais eficazes de desenvolvimento sustentável, ambiental e ecológica.

Portanto, é de fundamental importância que o **SAAE do Município de Cururupu-MA**, realize com a **CAEMA**, empresa com

profundo know how em decantação e abastecimento domiciliar de água canalizada, importante parceria, visando sobretudo um melhor aproveitamento desses recursos hídricos no município e desenvolvam projetos técnicos que dêem a água consumida pela população cururupense, melhor padrão de qualidade.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 11 de novembro de 2004. ALBERTO FRANCO - Deputado Estadual – PSDB

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO MAX BARROS (1º expediente) - Expediente lido senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Expediente lido à publicação.

III - PEQUENO EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra o senhor Deputado Mauro Bezerra.

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, galeria e imprensa. Senhor presidente, ontem eu fui informado, eu não assisti, que o Prefeito de Timon Chico Leitoa foi... está chegando aqui o Deputado Soliney, eu fui informado ontem que o Prefeito Chico Leitoa foi ao programa do jornalista Chico Viana e teceu muitas críticas a mim. Não, eu não vou baixar o tom não Deputado Rubem Brito, vou é aumentar. E aí eu fiquei me perguntando, por quê? Ele disse no seu pronunciamento como se dizia antigamente, ele deitou falação, não era isso que V.Exa. dizia, Deputado Julião? E me criticou porque eu ajudei a professora Socorro Waquim, nossa companheira. Como dizia o poeta Erasmo Dias, “fi-lo e farei tantas vezes quantas assim me apetercer”, mas quem fala, quem me critica? O Prefeito Chico Leitoa. O Prefeito Chico Leitoa é um homem competente Doutor Rubem Brito, ele, quando precisou de mim, conseguiu me mobilizar todas às vezes que quis na vida. Eu não consegui mobilizá-lo uma vez sequer, nem para receber um voto em Timon eu nunca consegui. Certa vez, Deputado Rubem Brito, ele chegou na minha casa chorando, chorando literalmente, as lágrimas descendo e dizendo que tinha sido destrutado pelo então Secretário Rubem Brito, o que eu constatei depois que era uma grande mentira. Mas aí eu fui resolver os problemas do Prefeito Chico Leitoa como fiz durante toda a vida, aliás ele não era prefeito nessa época, ele era um candidato a deputado e ex-prefeito endividado e então fui ajudar a resolver os problemas do ex-prefeito Chico Leitoa. Ele me mobilizou quando dizia que precisava ir para a Câmara Federal no lugar do Deputado Neiva Moreira para não ser preso, porque ele é portador de muitos processos na justiça. Eu não estou falando aqui de um companheiro, porque eu não considero Deputado Julião Amin, Chico Leitoa companheiro, ele só é companheiro dele mesmo, de ninguém ele é mais. Eu duvido que alguém do PDT diga assim: recebi tal ajuda do Prefeito Chico Leitoa. Depois, ao longo da história, ele filiou seu filho... ele filiou o Deputado Luciano Leitoa no PSB sem consultar ninguém. Ele não perguntou se devia fazer, afastou-se do Dr. Jackson Lago e veio procurá-lo agora quando a eleição estava perdida, para tentar a melhoria de sua performance em Timon, e o Dr. Jackson Lago foi a Timon, fez um comício e conseguiu melhorar a sua situação na pesquisa que era muito ruim. O que ele quis depois de se aproximar de Jackson Lago, a quem ele não procurava há mais de um ano e meio, foi pedir para que ele fosse a Timon. Certa vez ele me disse em seu sítio lá em Timon e usou a seguinte expressão: “Mauro, o meu peso em ouro não paga o que eu te devo”. Foi assim a expressão dele, então ele tinha consciência de que me devia muito. “Eu preciso te ajudar na tua eleição” e ainda hoje eu estou esperando essa ajuda. Mas ele me disse, em Timon não se vota em candidato de fora, mas em Timon, ele voltou no Deputado Aderson Lago. Aliás, foi talvez um dos únicos gestos dignos da sua vida foi votar em Aderson Lago, mas não

foi por causa de Aderson, ele votou para atender outros interesses. Enganou o seu vice mandando para esta Casa a sua indicação para ser candidato a deputado e depois o Max Vieira descobriu que não estava nem inscrito, não estava nem filiado, o seu nome não tinha sido nem aprovado. O tempo é pouco senhor presidente, para falar sobre Chico Leitoa, então eu vou voltar depois aqui em explicações pessoais. Para dizer, mas vou concluir essa primeira parte, para dizer que para o seu Chico Leitoa eu não devo nem um bom dia. Quando ele estava aqui precisando de apoio, acusado de um crime de morte, nós nos mobilizamos e fomos para lá. Senhor presidente, eu vou usar depois o tempo das explicações pessoais para falar realmente sobre quem é o cidadão Chico Leitoa. Não chamo companheiro, ele vai sair do PDT e já avisou, ele devia sair era agora e não daqui a dois meses, muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra a senhora Deputada Helena Heluy.

O SENHOR DEPUTADA HELENA HELUY (sem revisão da oradora) - Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, colegas da galeria, senhores da imprensa. Parece até que possa ser enfadonha o tema que trago mais uma vez a esta tribuna, mas ainda é sobre o pólo siderúrgico senhores da Mesa, senhores deputados, e o faço dentro daquela mesma linha de que a necessidade que se saiba o máximo possível a respeito da instalação dessas usinas. Ontem secundando ou dando eco como disse o Deputado Aderson, às minhas palavras, ele trouxe alguns elementos fortes do quanto significa a instalação dessas três siderúrgicas aqui na Ilha de São Luís. E quero me valer mais uma vez do documento do Doutor Zagalo. Senhores deputados, senhores da galeria, imprensa, o parágrafo 3º deste documento síntese diz o seguinte: *Mais do que o ufanismo adotado pelos interessados na instalação dessas usinas, este anúncio deve ser motivo de preocupação, pois os riscos ambientais e os impactos sociais da instalação das siderúrgicas são muitos superiores aos benefícios gerados. Na produção de aço utiliza-se, e todos nós já sabemos, carvão mineral; 400 quilos para cada tonelada de aço produzida - 9,6 milhões de toneladas por ano, produto altamente poluente, assim como são gerados 250 quilogramas de rejeitos sólidos - escória de alto forno e aciaria - para cada tonelada de aço. São utilizados grandes volumes de água e produz-se intensa quantidade de vapor de água e dióxido de carbono (cerca de 38 milhões de toneladas dióxido de carbono. São dados irrefutáveis. A cada ano seriam produzidos 6 milhões de toneladas de rejeitos sólidos e consumidos dois mil e quatrocentos litros de água por segund - duzentos e sete milhões de litros por dia, o equivalente a todo consumo atual de São Luís, que seriam basicamente transformados em vapor, além da geração de um grande volume de dióxido de carbono, principal responsável pelo efeito estufa que está prejudicando o clima em todo o planeta. E mais Deputado Haickel, diferente do que ocorre no continente, a Ilha de São Luís possui um solo poroso, ou seja, os materiais que neles são depositados são facilmente infiltrados para os lençóis subterrâneos, responsáveis pelo abastecimento de água de 40% da população de São Luís. Assim, tanto o carvão como outros produtos tóxicos utilizados na produção de aço podem contaminar as águas subterrâneas em caso de acidentes ou por chuvas. Destaca, ainda, o documento: outro aspecto importante a ser considerado é que no primeiro semestre, quando é época das chuvas, predominam as calmarias na Ilha de São Luís, ou seja, não temos vento. Deste modo o vapor e o dióxido de carbono a serem gerados no pólo siderúrgico tendem a retornar ao solo na forma de chuva, além de aumentar a temperatura de nossa cidade pelo calor contido no vapor. Dizíamos ontem, vários outros aspectos, inclusive com todo destaque, os impactos sociais. E hoje Deputado Dutra, eu imagino a tristeza do Deputado Luiz Pedro. Fui informada ainda bem pouco que o Município de São Luís já está demarcando a área para onde deverão ser colocados os moradores das áreas das comunidades atingidas, e peço permissão ao Deputado Rubem Brito, passem senhores e senhoras de São Luís, a comunicação que chegou a um dos órgãos competentes de controle do meio ambiente, é que esse deslocamento deverá ser para*

o Aterro da Ribeira. Trocar aquelas áreas ou toda aquela área pelo Aterro da Ribeira é no mínimo não ter-se, o mínimo, que possam imaginar, de sensibilidade social. Obrigada senhor presidente pela tolerância.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Eu gostaria de registrar para os senhores e senhoras deputadas, que hoje está assumindo a presidência do Banco do Brasil um conterrâneo nosso, nascido na Rua das Hortas, filho de um barracordense, Rosano Maranhão Pinto. Com a palavra o senhor Deputado José Lima.

O SENHOR DEPUTADO JOSÉ LIMA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, deputados, deputadas, galeria e imprensa. Senhor presidente, eu venho a esta tribuna para falar sobre a reportagem que está no Jornal Pequeno do dia de ontem, sobre os acontecimentos ocorridos antes da eleição no Município de Humberto de Campos. É uma história triste como foi contado aqui pelo senhor Jaime Barbosa, que teve a sua casa queimada por discordar da forma de fazer política do prefeito eleito no Município de Humberto de Campo. São denúncias sérias, e pelo jeito como está sendo colocadas, já é caso de polícia, já é caso de denúncia e, evidentemente, não vamos deixar que esse caso de uma pessoa pobre e humilde seja, não só tratada, mas por causa da política, levada a uma situação de miséria, situação difícil por causa um voto. É uma questão realmente muito séria, senhor presidente. E pelo relato que está aqui no Jornal Pequeno, essa pessoa sofreu muitos constrangimentos e situação humilhante que esta família está passando, por causa da opressão, a luta para se ter um voto. E esse caso deve ter uma ação e poderá dar conseqüências muito sérias para o prefeito eleito em Humberto de Campos. Senhor presidente, também venho a esta tribuna para dizer que um grupo de professores amigos do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão - CEFET, está contente, muito feliz, por quê? No ano de 1992 foi criado um curso de especialização, pós-graduação, lacto sensu, em convênio com a Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, para formar, preparar engenheiros na área de engenharia de materiais. E várias pessoas, não só das nossas instituições, mas com apoio da ALCOA, com a participação de várias empresas, realizaram esse curso em 1992. A partir daí houveram outros convênios com a Universidade Federal de São Carlos e teve cursos em parceria de mestrado e doutorado com apoio da CAPES, com apoio da FAPEMA e foram formados vários profissionais na área de mestrado e doutorado de engenharia de materiais, entre eles senhor presidente, eu fui um dos que saí de São Luís e fui até São Carlos, fiz o doutorado em engenharia de matérias, e esse grupo continuou estudando, pesquisando, alguns professores depois saíram, foram até a Europa em convênio com a Universidades da Alemanha, hoje temos professores fazendo doutorado em Madri, no Instituto de Cerâmica e Vidro; essa área que é nobre, engenharia de materiais, área que é dividida em polímeros, que são os plásticos, em cerâmicas e nos metais. O próprio processo metalúrgico é uma área que faz parte da engenharia de materiais. Mas nós estamos contentes presidente, é porque foi agora reconhecido pela CAPES o mestrado dentro da instituição do CEFET por esses professores lutadores, pesquisadores que querem ver o melhor do Maranhão e o melhor do Brasil. Eu quero parabenizar em nome do professor Ernani, doutor, pesquisador, hoje no CNPQ e com mais nove professores que estão pesquisando com dificuldade, uma vez que temos poucos recursos. Um Estado pobre, um Estado que tem dificuldade de fazer pesquisa mas tem pessoas que estão lutando e querendo fazer com que os seus conhecimentos sejam transformados em realidade. Muito Obrigado senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Com a palavra o Deputado Julião Amin.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Senhor presidente, eu trago aqui hoje para conhecimento da maioria dos

deputados, deputadas e funcionários desta Casa, da imprensa que nós hoje pela manhã, lendo os jornais da nossa cidade... encontra-se aqui no Jornal Pequeno, a coluna do Mhário Lincoln, uma informação que nós entendemos que é muito grave. Ele coloca: cuidado, ontem à tarde enquanto eu falava normalmente com um funcionário da Assembléia Legislativa, nossas linhas foram cruzadas três vezes, e o pior, em duas ouvia-se a conversa de parlamentares, outra de alguém do gabinete do Presidente da Casa, via celular. Então, senhor presidente, é grave isso, o próprio gabinete da Presidência desta Casa via telefone celular do presidente ou de seus auxiliares diretos, podem estar grampeados, e como podem estar grampeados todos os telefones dos deputados desta Casa. Então isso é muito grave, nós trazemos ao conhecimento de V.Exa. que nós não concordamos de maneira nenhuma com isso, acho que essa Casa tem que mandar fazer uma varredura nos telefones desta Casa, porque não é possível se conviver com uma situação dessa em que os parlamentares, o Presidente desta Casa têm o seu telefone violado, o que se caracteriza como crime. Então nós colocamos aí, inclusive, dando nos jornais, eu não sei se V.Exa. já tinha tomado conhecimento disso, é muito grave isso e precisa se investigar. Esta Casa precisa investigar essa denúncia se ela é verdadeira ou não, mas está contida aqui no Jornal Pequeno de hoje na coluna do ilustre jornalista Mhário Lincoln, e ele coloca aqui inclusive alertando, cuidado. Bom senhor presidente, vou fazer entrega aqui para V.Exa. Outra coisa que nos traz aqui, esta Casa durante anos vem discutindo a questão do Orçamento Geral do Estado para que ele fosse aberto para os parlamentares, inclusive, para que oferecêssemos emendas como é dentro de um processo democrático e que é o natural. E estas Casa nos anos de 95, 96, 97, 98, 99, 2000 durante esses governos todos que têm passado aí, principalmente do governo da senhora Roseana Sarney, me lembro bem que o relator de um Orçamento do Estado, o Deputado José Orlando uma vez fez quase trinta emendas no Orçamento e ele como relator ele indeferiu todos os seus pleitos porque o governo do Estado, o senhor Jorge Murad e a governadora não permitiam que o Orçamento do Estado viesse a ser alterado pelas emendas dos senhores deputados desta Casa. E aqui nós travamos grandes debates a respeito desse assunto e em determinada ocasião eu o Deputado Vila Nova, o Deputado Aderson Lago conseguimos levar esta Casa a uma sessão até às 16:00, para que se discutisse emenda por emenda com a Bancada da Oposição. Mas senhor presidente, ontem para a nossa surpresa, chegou no meu gabinete um convite que um prefeito eleito agora, recebeu do gabinete da senhora Roseana Sarney e esse convite eu tenho certeza senhor presidente, senhores deputados foi elaborado, concebido pela mente do Jorge Murad e nós conhecemos como ele trabalha nisso, inclusive, o presidente tem por ele o conceito de que é um dos homens mais inteligentes do nosso Estado, mas usa a sua inteligência mal, convidando os prefeitos eleitos e reeleitos para participar de uma reunião no dia 18 no gabinete da senhora Roseana Sarney, em Brasília, imaginem, em Brasília para participar de reunião com a Bancada do Maranhão em Brasília no dia 18 de novembro, objetivando discutir as prioridades das Emendas do Orçamento da União do ano de 2005. Ora, senhor presidente, isso é uma brincadeira, Roseana nunca gostou de tratar de orçamento, nem recebia os prefeitos. Ela dizia: não recebo prefeito para tratar de orçamento. Então, agora lamentavelmente, Deputado Francisco Gomes, nós que temos por V.Exa um respeito muito grande, que é um defensor da abertura da discussão do orçamento. Mas convidar, isso me lembra em 94, que teve prefeitos que ela dizia: não, pode tirar a antecipação de receita que assim que eu assumi o governo, eu vou pagar essas antecipações para financiar a campanha dela em 94. Então, isso aqui na verdade é tentar abusar da inteligência do prefeito eleito, que iludido, iludido com emendas federais que isso nem sai, isso aqui é um grande engodo. Ano passado o Governo Federal não liberou nenhuma emenda parlamentar no nosso país, isso eu escutei ontem, ontem eu escutei nos programas de circulação nacional na Rede Globo, na Rede Bandeirantes, então isso aqui é uma maneira de enganar. Então, nós estamos denunciando aqui e eu espero que seja denunciado Deputado Domingos Dutra, lá na reunião da FAMEM para que os prefeitos que ainda vão endividar muito mais seus municípios comprando passagem para ir daqui para

Brasília na ilusão que pode sair alguma emenda parlamentar para seu município. Muito obrigado.

IV - ORDEM DO DIA

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN – Senhor presidente, uma questão de ordem. Eu acho que seria interessante que nós fizéssemos uma sessão secreta para examinar esta questão, porque isso aqui é grave, violação de telefone é uma coisa muito grave e que nós precisamos discutir aqui. É uma proposta que eu queria fazer a V.Exa.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Fica convocada uma sessão secreta a pedido do Deputado Julião Amin, a realizar-se logo após a presente sessão ordinária. Veto parcial projeto de lei complementar nº 009/03 de autoria do Deputado Alberto Franco, que dá nova redação a lei complementar nº 038 que dispõe sobre a Região Metropolitana na Grande São Luís, oferecido parecer favorável de manutenção do veto pela Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Stênio Rezende. Os senhores Secretários para procederem a chamada. SIM rejeita o veto, NÃO mantém o veto. Resultado: SIM – 02, NÃO – 23, IMPEDIDO- 01, AUSENTES – 16. Mantido o veto. Comunique-se ao Governador; Veto parcial projeto de lei nº 268/03 de autoria do Deputado Domingos Dutra. (lê). O senhor Deputado Dutra, cinco minutos para encaminhar.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores deputados, eu gostaria de ter a atenção de todos sobre esse veto. Todos nós sabemos que no Maranhão a falta de sangue nos hospitais públicos é uma calamidade. Constantemente os jornais divulgam apelos do HEMOMAR reclamando a falta de sangue. Nós não temos banco de sangue suficiente nem São Luís, e nas outras cidades como Imperatriz, Timon, Caxias, Santa Inês nem se fala, e são milhares de pessoas humildes, pobres que morrem nos hospitais públicos por falta de sangue. O projeto que eu apresentei é um projeto o mais simples possível e que estimula a população civil a doar sangue, para fazer um banco de sangue para atender as pessoas pobres. O que diz o projeto, senhor presidente? Diz que a pessoa que doar sangue ficará isenta de pagar as taxas em concursos públicos. E o Governo do Estado, a assessoria do governador vetou nosso projeto alegando que o Estado não pode abrir mão de receita. Onde já se viu isto? O Estado prefere arrecadar uma ninharia de dinheiro de taxa de concurso público do que estimular a população a doar sangue para salvar vidas. Então o apelo que eu faço e aqui nós temos o Deputado Wilson Carvalho que é médico, o Deputado Stênio que é médico, o Deputado Elgício que é médico, sabem a deficiência de sangue nos hospitais públicos. Eu mesmo já fui convidado a doar sangue, principalmente, quando é sangue difícil como o meu caso, que é A negativo, mas difícil ainda é O positivo, que é um dos sangues mais difíceis. O meu é A negativo, é raro, eu sou uma espécie rara, inclusive, no sangue. Então, eu gostaria de pedir aos senhores deputados que derrubassem esse veto. Não é nenhuma afronta ao poder executivo, mas a gente estará fazendo um grande bem para a população do Maranhão, principalmente os usuários de hospitais públicos.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS BRAIDE – Deputado, conceda-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pois não, deputado.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS BRAIDE (aparte) - Eu acho que a intenção de V.Exa ela é válida, ela tem mérito, mas acho que nós devemos procurar outra forma de incentivar a doação de sangue, porque essas inscrições para concurso público são feitas por empresas contratadas, não é o Estado quem faz o concurso público. O Estado contratada empresas para realizar o concursos público, e o pagamento dessas empresa são as inscrições. Então se nós formos fazer isso, aí o

Estado vai ter que pagar as empresas para poderem realizar o concurso. Então, eu acho que nós devemos procurar outra maneira de incentivar essa doação de sangue.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Deputado Braide, eu feri aqui o Regimento com a aquiescência da Mesa com a ilusão de que V.Exa. como Líder do Governo viesse reforçar a derrubar o veto, mas me enganei redondamente, porque mesmo assim o argumento de V.Exa., mesmo que seja isto, mas eu acho que é muito melhor que o Estado pague a empresa para fazer o concurso do que deixar vidas serem perdidas em hospitais públicos por falta de sangue, e quem anda em hospital público sabe da calamidade, não há sangue. Constantemente a gente houve pelos rádios pessoas pobres apelando para os comunicadores de rádio AM e até FM pedindo que as pessoas se desloquem aos eu vejo é o benefício social, não tem como quantificar diante da quantidade de vidas que se salvam. Portanto, eu acho que o Estado do Maranhão não está tão falido que não possa abrir mão de suas taxas em troca de salvar vidas. Portanto, peço a Vs. Exas. que votem sim para derrubar esse veto, para garantir que a população pobre, na hora que precisar de sangue, possa ter um banco de sangue com sangue suficiente para salvar pessoas nos hospitais públicos. É esse o pedido que faço ao plenário, que vote não, para derrubar o veto.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Em votação. Os senhores secretários para procederem a chamada. Contrariamente ao que o Deputado. Dutra disse. NÃO, mantém o veto e SIM derruba o veto. Resultado: SIM 11 votos, NÃO 15 votos. Mantido o veto. Comunique-se ao Governador. Veto total ao projeto 209/04 de autoria do Deputado César Pires. (lê). Em votação. Os senhores Secretários para procederem a chamada. SIM mantém o veto, NÃO derruba o veto. Resultado: SIM 11 votos, NÃO 16 votos. Mantido o veto. Comunique-se ao Governador. Projeto de lei em votação em redação final. Projeto de lei nº 022/2004 de autoria do Deputado César Pires. (lê). Em votação. Os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. à sanção. Em Primeira e segunda discussão em regime de urgência. Projeto de lei nº 137/2004 de autoria do Deputado Alberto Franco. (lê). Com parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final. Em votação. Os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. à sanção. Projetos de lei nº 122/04 e projeto de lei nº 101 de autoria do Deputado Alberto Franco. (lê). Depende de parecer. Suspendo a sessão por cinco minutos para a comissão emitir o parecer. Declaro reaberta a sessão.

A SENHORA DEPUTADA TERESA MURAD - Presidente Carlos Milhomem, vamos agora dar um outro parecer de um outro projeto do Deputado Alberto Franco.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputada Teresa Murad, eu gostaria de saber qual o projeto que foi aprovado pela comissão?

A SENHORA DEPUTADA TERESA MURAD - O primeiro projeto aprovado foi o projeto de lei nº 101/04.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Eu não submeti à votação da Comissão de Constituição e Justiça ainda esse projeto, eu submeti o projeto 122/04. Vou considerar o resultado.

A SENHORA DEPUTADA TERESA MURAD - Agora nós iremos apreciar o projeto de lei nº 122/2004.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Perdeu a pauta então.

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA - Eu gostaria de pedir aquiescência da Mesa já que tem outros projetos, que as comissões votassem logo todos aqui.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Não tem mais outro projeto não deputado. O projeto n° 137 já foi aprovado pelo plenário. Em votação. Projeto 122/04 de autoria do Deputado Alberto Franco. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado. À sanção. Projeto de Lei n° 101/04 de autoria Deputado Alberto Franco. Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado. À sanção. Projeto de Resolução, em votação primeira e segunda discussão em regime de urgência. Projeto de Resolução n.º 012/04 de autoria Deputado César Pires. (lê). Parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão. Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado. à promulgação. Requerimento à deliberação do plenário nos termos do artigo 156. Requerimento n° 209 de autoria do Deputado Domingos Dutra.(lê). Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado. Requerimento n° 210 de autoria do Deputado Domingos Dutra. (lê). Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado. As comissões pertinentes para obedecer o que foi determinado pelo Plenário. Inclua-se na Ordem do Dia da Sessão Ordinária na próxima segunda-feira, dia 22. Projeto de lei n° 129/04, do Poder Executivo.(lê). Projeto de Resolução n° 05/04 de autoria do Deputado Rigo Teles, que dispõe sobre a criação do museu da Memória Legislativa Maranhense. Projeto de Emenda Constitucional n° 07/04 de autoria do Deputado Aderson Lago, que acrescenta o artigo 173 da Constituição Estadual. Veto total ao Projeto de Lei 218/03, que isenta do pagamento de taxa da renovação da carteira de habilitação a maiores de 65 anos. Veto ao Projeto de Lei n° 049/04, que institui a tarifa social de água destinada a aposentados e idosos e portadores de deficiência. Veto total Projeto de Lei n° 048, que dispõe sobre o fornecimento de oxigênio ao portador de pneumopatia. Veto ao Projeto de Lei Complementar n° 012, que altera a redação do código de visão e organização judiciária do Maranhão. Veto total ao Projeto de Lei n° 160 que dispõe sobre a ampliação das equipes dos Programas Saúde e Família. Convoco uma Sessão Solene a realizar-se no próximo dia 25, quinta-feira às 10:00hs para entrega do título de Cidadão Maranhense ao engenheiro Artur Ribeiro Bastos.

V - GRANDE EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Com a palavra Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa e galeria. Eu estou utilizando esse Grande Expediente destinado aos debates relevantes no Estado, para dialogar com este Plenário sobre a sucessão nesta Casa. E gostaria de compartilhar com todos aqui algumas idéias. Primeiro lugar, durante os meus quatro anos de deputado estadual de 91 a 95, os dois anos que passei na Câmara Federal e este período de um ano e oito meses, a nossa atitude foi sempre de valorizar o Poder Legislativo, tanto com atuação ética, uma atuação partidária coerente, estou no PT há 24 anos, quanto com uma atuação efetiva de muito trabalho. No primeiro mandato em uma conjuntura totalmente difícil, diferente, nós conseguimos aprovar aqui a lei da meia passagem, que hoje beneficia milhares de estudantes em Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Nós conseguimos aprovar uma lei que ainda não esta em vigor que determina aqui as rodovias estaduais que devem ter a chamada faixa de domínio, e que obriga que nas pontes tenha que ter as defensas. Conseguimos aprovar uma outra lei que hoje não é cumprida no Maranhão e que torna gratuita os registros de entidades filantrópicas no Estado do Maranhão, e conseguimos também aprovar uma lei, que foi inédita no país, tornando gratuitas as certidões de nascimentos e casamentos para as pessoas pobres. Além da CPI da

saúde que ainda hoje, leva vários hospitais a responder processos criminais. No Congresso Nacional em dois anos, eu deixei uma marca, fui autor da emenda de imunidade parlamentar que modificou o artigo 53 da Constituição, aprovada depois que deixei aquele plenário, mas que hoje contribuiu de forma marcante para ética na política. Graças a estas emendas, vários parlamentares têm renunciado, vários parlamentares hoje respondem processos, inclusive, o André Luís, que é o mais recente, denunciado por envolvimento em crimes. Conseguir aprovar a modificação do artigo 82 do Código Processo Civil, obrigando o Ministério Público a participar de todos os conflitos. Apresentei uma emenda reduzindo o mandato de senador de oito para quatro anos e modificando a suplência de senador, que considero um escândalo, suplente de senador sem um voto assumir a vaga do titular. Fui vice-líder do PT no Congresso Nacional e fui coordenador do núcleo agrário. Neste mandato senhor presidente, da mesma forma tenho tido uma atuação embora que eu não esteja satisfeito ainda com ela, mas considero que a minha atuação nesses quase dois anos é sempre de valorização do Poder Legislativo, porque considero que o Poder Legislativo é o poder mais democrático, é o poder plural, aqui estão quase todas as correntes de opinião, é o poder mais aberto. O Poder Legislativo é o mais acessível à população. Aquela galeria, aquela galeria que ali está, embora pequena... mas sem a presença da população ali, este parlamento não teria razão de existir, e apesar de pequena a galeria desta Casa, mas naquela galeria está o termômetro de avaliação deste poder. Tenho andado pelo Maranhão e tenho encontrado pessoas nos mais diferentes municípios que estavam ali na galeria de forma anônima e sem poder falar, mas que é fundamental. Agora na greve dos professores, quando os professores foram obrigados a sair, o silêncio reinou neste parlamento, portanto essa galeria é muito importante. Nós vivemos senhor presidente e senhores deputados, uma crise, é uma crise que nos 39 anos do domínio do senhor José Sarney, é a primeira crise verdadeiramente séria que, pelo menos na minha avaliação, está existindo. Uma crise provocada por alguém que ninguém esperava. Esperávamos do Cafeteira, que passou 20 anos sendo contra Sarney, mas na hora que a oportunidade chegou, se juntou com Sarney, governou para o Sarney, fez a peripécias com o Sarney. E em 90 ao invés de ficar no cargo, apoiar João Castelo para derrotar Sarney, preferiu renunciar para ter mandato de senador e entregar o cargo para João Alberto, e a oligarquia Sarney manter-se no poder. Nós aqui apoiamos a Deputada Conceição Andrade em 90, uma grande liderança, a maior coligação da esquerda maranhense, foi em 90. PT, PDT, PSB, PC do B e PPS. O PSB deu a Conceição Andrade para o governo, o PT deu Neudson Claudino de Imperatriz para vice, e o PDT deu Wagner Lago para Senador. Tivemos um resultado eleitoral extremamente positivo, elegemos dois deputados estaduais; José Carlos Sabóia e Haroldo. Elegemos cinco deputados estaduais. Dois do PSD: Juarez Medeiros e Costa. Dois do PT: Dutra e Vila Nova. E um do PDT que foi o Coroba. E deixamos uma liderança crescente, que foi a ex-deputada Conceição Andrade. Em 94 houve um desastre, Conceição rompeu com Jackson, Jackson chamou Conceição de traidora e nós do PT seguramos na mão de Jackson, como aquela música segura na mão de Deus. Fizemos a grande Frente Ética e conseguimos recuperar um pouco a esquerda no Maranhão, elegemos três deputados federais; Domingos Dutra, Magno Bacelar e Haroldo e quatro deputados Estaduais, inclusive, o Deputado Julião. Em 96, tentamos ampliar a Frente Ética, deixei o mandato de deputado federal para ser vice de Jackson. E nós tivemos outra surpresa o Dr. Jackson na Prefeitura em 2000 preferiu uma aliança com a Governadora Roseana Sarney. Chega 2002, 2003 e de onde menos se esperava o Governador José Reinaldo vem e dá uma pancada na ex-Governadora Roseana Sarney. É um gesto importante, mas extremamente limitado. Por que eu digo que é limitado? Porque o Governador José Reinaldo tem dito que ele vai ser o último governador de um Estado pobre. O governador tem dito que vai ficar no mandato até o final e tem dito que o seu sucessor não vai ter nada a ver com o passado, nada a ver com Sarney. No entanto o Governador José Reinaldo peca, porque trata as questões no varejo. No meu ponto de vista o governador deveria tratar essas questões no atacado. O que eu falo no atacado? É ter uma postura mais transparente, mais forte em

relação ao Governo Federal, é ter um projeto político diferente do projeto Sarney, um projeto que inclua a maioria dos maranhenses que são pobres, um projeto que não priorize as exportações, porque o modelo do Sarney nos últimos trinta e nove anos é sempre voltado para o mercado externo. É o alumínio da Vale do Rio Doce e o alumínio da Alumar, é o ferro gusa da Vale do Rio Doce, é a celulose e a soja. Esse modelo se revelou falido porque o Maranhão exporta, mas a população é pobre. O Governador José Reinaldo terá, se for sério no seu discurso, terá que mudar a matriz política e econômica do seu projeto. O governador tem que pensar no atacado discutindo a sucessão da Mesa, mas vinculada a 2006 ao Governo do Estado, ao vice-governador, a chapa de senador, a chapa de deputado federal e as chapas de deputados estaduais, aí eu considero que o governador estaria na verdade querendo fazer uma mudança histórica no Maranhão. Enquanto, o governador estiver tratando no miúdo, acho que o seu gesto político que é importante, vai se esvaír. Apesar dos limites do gesto político do senhor José Reinaldo, Deputado Rubens Pereira, eu considero que o conflito hoje existente, que é o mais grave em 39 anos de domínio de Sarney, ele não tem retorno. E aqui eu vou listar alguns fatos que foram praticados por ambas as partes que estão em guerra. O Governador José Reinaldo denunciou a ex-Governadora Roseana, acusou a Governadora Roseana de ter falido o Estado, acusou a Roseana de ter delapidado o patrimônio público, vendendo a preço de banana a CEMAR, o Banco do Estado e as ações da TELEMAR. O governador rompeu com o Sistema Mirante, deixando de transferir, segundo a imprensa, setecentos mil reais por mês, o governador escorraçou o empresário Fernando Sarney das alcovas do palácio e ali Fernando Sarney não entra mais. O Governador José Reinaldo desmontou o sistema administrativa da ex-Governadora Roseana e pelas informações que um deputado reinaldista me deu hoje, está previsto para janeiro acabar as Gerências Regionais com todo o desgosto do Deputado Chico Gomes. O Governador José Reinaldo isolou os cinco deputados identificados com a Governadora Roseana, demitiu e não apoiou o Deputado Ricardo Murad, e recentemente em uma entrevista exclusiva à Educadora, acusou o ex-Gerente Ricardo Murad de ter feito uma gestão desastrosa na Gerência Metropolitana. Por outro lado, a Governadora Roseana também tomou atitudes. Segundo o governador, a ex-Governadora Roseana durante um bom período impediu, obstruiu a vinda de ministros ao Maranhão, tentou obstruir recursos para Estado, liberou o Deputado Ricardo Murad para bater no José Reinaldo. E o Deputado Ricardo Murad num programa de Geraldo Castro, da Rádio Mirante acusou o governador de corrupto e chamou o governador de mentiroso, a Governadora Roseana liberou os meios de comunicação que ela tem para diariamente bater no senhor José Reinaldo, e domingo o seu marido Jorge Murad escreveu um artigo publicado no O Estado do Maranhão, que desbanca de uma vez por todas o governador José Reinaldo, chamando de incompetente e responsável pela falência do Estado. E nessa matéria Deputado Chico Gomes, o ex-Gerente Jorge Murad faz uma afirmação que esta Casa vai ter que apurar, o Dr. Jorge Murad diz que a Dr.^a Roseana deixou quinhentos milhões de reais no cofre e que o Governador José Reinaldo desviou porque o Estado faliu. E na outra semana vou provocar este plenário para gente tentar apurar as denúncias que o Dr. Murad fez no programa de Geraldo Castro e as denúncias que o governador fez no programa da Educadora. E agora recentemente, segundo falou o Deputado Julião e o deputado me confessou, a Governadora Roseana está convidando os deputados e os prefeitos para, com ela em Brasília, dividirem as emendas no orçamento porque ela está desfalcada a nível do Estado. Portanto, esses conflitos eles vão radicalizar e vão radicalizar mais ainda porque o Sarney perde prestígio em Brasília. O Senador Sarney não vai ter a reeleição, o Banco Santos acabou de sofrer intervenção e as prisões no Amapá e outros fatos ocorridos no Amapá também enfraquecem o Senador José Sarney. E por último, recentemente o Governo Lula passou a liberar recursos e a vinda de ministros no Maranhão está sendo freqüente, o Jornal O Imparcial publicou, me parece domingo, uma foto bastante interessante da solenidade do Palácio do Planalto, onde o Governador José Reinaldo ao se dirigir para assinar o ato, todo sorridente, está recebendo palmas do Ministro Tarso Genro, do

Presidente Lula e sua mulher Marise. Eu fiquei assim comigo; quanto sofrimento não está passando a Senadora Roseana Sarney, com aquela foto de José Reinaldo sendo aplaudido pelo Presidente Lula. Portanto senhor presidente, se nós estamos antevendo que o próximo ano vai ser um ano de conflito e em 2006 os conflitos vão aumentar, eu pergunto: Qual será o papel da Assembléia Legislativa nesse processo conflituoso? Será um papel omissivo? Será um papel de derramar gasolina? Ou a Assembléia pode ser um poder que pode mediar os conflitos, que pode garantir o mínimo de governabilidade para que a nossa população não sofra? Porque o senhor José Reinaldo nessa crise, eu tenho certeza que ele não deixou de comer um dia. A Governadora Roseana, tenho certeza que não deixou de jantar uma dia, mas eu sei Deputado Julião que a população maranhense, a sua grande maioria não janta, não almoça e muitos deles não tomam café preto com farinha. A primeira interrogação que coloco aqui neste Plenário; se nós estamos antevendo uma crise, qual vai ser o nosso papel como Poder? Se vai ser um papel de mediador ou se nós simplesmente vamos derramar a gasolina para aumentar a crise? Senhor presidente, eu defendo que esse Poder continue sendo valorizado, defendo que a Assembléia Legislativa que é plural, que é mais democrática, que é mais aberta possa se preparar para enfrentar os desafios dos conflitos que vamos ter. Aqui nós já tivemos o episódio da licença do João Alberto, que foi para Bacabal e voltou com Ivar Saldanha encastelado no palácio do governo, um conflito que entrou no Tribunal de Justiça, acho que aqui todos nós sabemos de registros históricos, mas eu defendo que esta Casa possa ter um papel ativo nesse processo. Eu defendo que nesta Casa têm o direito os 42 deputados de fazerem um debate sereno para gente encontrar duas coisas. Primeiro, que a gente possa construir um programa, um programa que possa avançar aquilo que a atual Mesa dirigida pelo presidente conseguiu avançar e eu considero que avançar, é radicalizar a transparência aqui na Assembléia, avançar são as comissões funcionando melhor; avançar é essa Assembléia ter pelo menos uma rádio para divulgar nossos trabalhos, ter um canal de TV como hoje quase todos os parlamentos têm. Tenho certeza que hoje o Congresso Nacional é criticado, mas depois da TV Câmara e da TV Senado muitos brasileiros mudaram de opinião em relação aos políticos e acho que nenhum de nós pode ficar omissivo ou indiferente quando nós somos chamados de preguiçosos, quando nós somos chamados de vagabundos, quando nos acusam e nós sabemos que nós trabalhamos bastante. Portanto, eu acho que as conquistas que a atual Mesa dirigida pelo Deputado Carlos Alberto Milhomem fez, merecem avançar. Então defendo que a gente tem que ter um programa comum de valorização desse parlamento. E segundo, defendo uma chapa única aqui nesse parlamento, não estou defendendo um candidato de consenso, mas acho que é possível ter uma chapa única. E por que uma chapa única? Porque essa Casa hoje não tem nenhum grupo majoritário, esta Casa não tem nenhum deputado que lidera a maioria e esse parlamento vive um momento onde o Poder Executivo não tem a maioria esmagadora que tinha no passado, nesta Casa hoje tem um grupo de 18 que pode chegar a 22 se a caneta funcionar, tem um grupo de oposição com 8 que esta coeso, tem um grupo de 5 deputados que é de oposição ao José Reinaldo e em nome do Deputado Chico Gomes e em nome da minha intervenção, não vou chamar de Bancada Roseanista. Acho que o Deputado Chico Gomes fez um discurso e eu ouço muito o Deputado Chico Gomes, e acho que ele tem uma história que lhe credencia para que não seja rotulado de jeito nenhum. E acho que o Deputado Milhomem como liderança, uma pessoa já experiente depois dos seus 70 anos, Presidente da Casa deve ter pelo menos 5 deputados, porque se Deputado Milhomem não tiver pelo menos cinco deputados, aí eu acho que ele não fez muitas coisas. E tem o Deputado Ceará... Pelas minhas contas nós temos dezenove deputados que estão espalhados em três grupos. O outro grupo tem dezoito, tem o Deputado Ceará que alcançou visibilidade a não votar a favor das Medidas Provisórias e tem cinco deputados que podem muito bem somar com dezoito deputados, mas também pode somar com dezenove. Então neste sentido senhor presidente, que eu defendo primeiro; porque que essa Casa não faz uma sessão secreta, não para ficar cada um sentado no canto de mesa, mas nos termos do Regimento, usando essa tribuna para discutir primeiro um programa comum. Acho

grave porque denúncia de que telefones aqui estão grampeados não é de hoje. O meu telefone que recebi desta Casa eu não uso, a não ser para conversar conversas que não tem nenhum problema, então acho que deve fazer. Agora, defendo que se faça uma sessão secreta onde essa Assembléia, os 42 deputados façam um esforço de ter um programa comum para valorizar o legislativo, e que se tente fazer uma chapa única. Aqui nós sabemos, tem o Deputado Carlos Alberto Milhomem que ainda sonha em se manter mas tem um “nó de porco” no caminho, que é a reeleição. Tem o Deputado João Evangelista que é Líder do Governo, disputou e se credencia. Tem o Deputado Rubens Pereira que está no grupo dele pleiteando. Tem a Deputada Maura Jorge. Tem o Deputado Arnaldo Melo que está espiando lá do outro lado, e tem a oposição que tem oito candidatos, porque a oposição não tem problema. Então, eu pergunto aos senhores: qual é o impedimento dos 42 deputados travarem aqui um debate para tentar encontrar um programa comum e uma chapa que contemplem todos os parlamentares? Porque eu quero dizer aqui a todos, tenho a impressão que se tiver algum grupo de deputado achando que pode chegar a 22, que pode chegar 23, vai ganhar a eleição, ganha, mas não governa, não dirige esse parlamento, porque tenho certeza, que nenhum grupo com conflito no Poder Executivo que tem aqui uma maioria simples não vai conseguir garantir estabilidade e fazer com que o parlamento seja uma grande ponte nesta travessia que o Maranhão está passando. Então, defendo que se faça uma sessão secreta. Pode não dar em nada, pode ser romântica e idealista a minha posição, mas acho que a gente não pode negar o direito de 42 deputados travarem esse debate. Não estão almoçando todos os dias? E nem me convidam porque eu sou o mais magro dessa Casa e todos os dias almoçam? Não estão discutindo no Palácio? Não estão discutindo em residências? Qual é o problema de se discutir todo mundo aqui? Então, defendo este ponto de vista. E quero dizer a todos que Domingos Dutra, cresce na crise. Eu sou bom de guerra, eu tenho uma mistura de Timóteo, Lampião e Bin Laden. Então se quiserem guerra, se for na guerra não tem problema, eu gosto é da guerra, mas pela responsabilidade que tenho, pelo amadurecimento que hoje tenho, pela experiência e de hoje o PT governar o país, embora com as minhas diferenças que eu tenha com o PT e com o governo, mas hoje o PT governa o país e eu sou responsável. Acho que o Governador José Reinaldo faz um gesto político importante, mas é incompleto, é limitado e do jeito que está não avança. Portanto, eu queria colocar aqui para os colegas essa questão e essa sessão secreta. Vamos dar o direito aos 42 deputados fazerem um esforço, esse é o melhor caminho para o parlamento, não por nós, é pela população.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL - Deputado, conceda-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pois não, deputado.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL (sem revisão do orador) - V.Exa. toca em um assunto que foi realmente o fez com que eu me levantasse para pedir-lhe um aparte. A governabilidade da Casa. Nesta Casa as eleições têm sido ultimamente, quer dizer, na última eleição, a eleição tinha uma polarização muito grande também, haviam 20 deputados de um lado, 22 do outro e a governabilidade permaneceu. Mas tenho que concordar com V.Exa. que o que está acontecendo aqui, e aí discordo na forma e não na tese, a não governabilidade da Casa se dará se houver intromissão externa nos destinos ou na decisão dos deputado aqui dentro. Se governador, senador, ex-governador tentar interferir na decisão soberana deste plenário para escolha da sua Mesa Diretora, aí acho que pode engessar um pouco esta Casa; se as coisas forem levadas exatamente para Reinaldismo ou Roseanismo ou Milhomismo ou Oposicionismo, a gente pode ficar de certa forma engessado. Mas em relação a voto, ganhar de 22 a 20, nunca foi empecilho para governabilidade desta Casa, acho que não é o número de deputados a favor de um presidente ou contra um presidente que vai causar a não governabilidade. O que vai causar a não governabilidade, é a distensão dos grupos políticos

aqui dentro. Eu não sou Roseanista, não sou Reinaldista, não sou nem Milhomista que é meu amigo e a quem eu acompanho numa decisão que seja necessária fazer. Eu sou parlamentarista, eu sou a favor de que este parlamento seja soberano e não aceite... feche estas portas e esta janelas e decida aqui dentro quem será a Mesa Diretora que irá governar neste poder nos próximos dois anos. Resolvido, e aqui o placar mínimo seria 21 a 21, desde que o mais velho vença no desempate, mas para ser mais didático 22 a 20, não causará nenhuma crise de governabilidade do Poder Legislativo, se não houver intromissão externa. Se houver, eu concordo com V.Exa. vai ser impossível conviver aqui dentro, se nós além de resolvermos por nós sofrermos interferências externas de senador, de governador, de prefeito ou de quem quer que seja, se interferir no destino desta Casa. Muito obrigado.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu incorporo o aparte deputado. Eu acho que primeiro: influência externa será impossível, agora o que não pode ter, é mando externo. E aí eu discordo com V.Exa. porque pelo o que eu tenho visto, aqueles que querem formar a maioria, querem formar a maioria com o mando externo. Segundo, querem formar a maioria com a exclusão dos outros e aí não esqueçam que teremos eleições em 2006. Se não for a intenção de excluir, qual é o impedimento de nos reunirmos todos aqui, numa Mesa que tem um presidente, quatro vices e quatro secretários, já que aqui ninguém tem maioria, aqui tem quatro grupos. Então se o Regimento já estabelece que na sucessão da Mesa tem que garantir a representatividade dos grupos, eu não vejo motivo algum para pelo menos evitar está questão externa. Não estou negando o poder do Governador José Reinaldo de ter preferência por determinadas pessoas, não nego, ele é governador deve ter, nem a ex-Governadora Roseana que tem ou do Sarney. Agora, não pode ter é manipulação, mando e exclusão aqui.

A SENHORA DEPUTADA TERESA MURAD - Deputado, conceda-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Concedo o aparte a Deputada Teresa Murad.

A SENHORA DEPUTADA TERESA MURAD (aparte) - Obrigada pelo aparte, apesar de ter sido tão demorado, mas de qualquer forma eu agradeço o aparte. Em primeiro lugar, eu queria lhe dizer que concordo plenamente com o que o Deputado Joaquim Haickel disse aqui, que se não tomarmos providência aqui neste parlamento e conseguirmos tomar uma decisão definitiva da posição de todos os parlamentares, isso aqui vai virar um “saco de gato” maior do mundo, porque hoje me perguntam aí e eu não sei o que responder. Quem é que ganha na Assembléia? Quem é Presidente? Eu não sei porque agora todo mundo quer ser candidato a Presidente e eu não sei mas de nada, não entendo mais de nada aqui. Mas o que me levou a pedir o aparte a V.Exa. é porque semana passada V.Exa. me falou que ia falar a respeito de Ricardo Murad, meu marido e que iria se possível chamá-lo aqui para prestar os esclarecimentos em razão de tudo que ele falou na sua entrevista na Rádio Mirante, do Geraldo Castro. E quero lhe dizer que comentei com o Ricardo e ele me autorizou a dizer a V.Exa. que ele estaria disposto a vir aqui para prestar qualquer esclarecimento a respeito da Gerência Metropolitana, não pode prestar esclarecimento sobre o governo da ex-Governadora Roseana Sarney, porque ele não participou do governo dela e só ela é que pode prestar esclarecimento sobre o seu governo. Agora que ele poderá vir desde que V.Exa também possa convocar o governador e a sua esposa para virem aqui prestar esclarecimento sobre o que ele disse, porque o que o Ricardo já disse na rádio, está dito, está esclarecido. Agora o governador e a secretária, sua esposa é que tem que prestar esclarecimento. Então, ele poderá vir aqui desde que V.Exa. convoque também o governador e a secretária que é quem compactua de tudo com ele aqui no Estado do Maranhão e que está levando este Estado a falência definitiva. Muito obrigada.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Deputada Teresa, eu incorporo o aparte. Como este é um assunto também grave,

eu não vou misturar ele agora, mas na próxima semana V.Exa. não falte nenhum dia porque entre terça e quinta-feira o negócio vai pegar, porque as duas entrevistas não podem passar em branco, mas na próxima semana quarta-feira a gente falará sobre isso.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO - Deputado Dutra, conceda-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pois não, deputado.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO (aparte) - Deputado Dutra, vou usar a prerrogativa do novo Regimento e apartear-lo sentado. O joelho me dói, nós temos um jogo hoje à noite, V.Exa, também vai começar a se cansar nessa tribuna em pé. Mas Deputado Dutra, eu quero louvar a preocupação de V.Exa. mas discordar da tese, e o exemplo está aqui. O exemplo é o que nós vivemos hoje, o Deputado Milhomem que não teve o voto de V.Exa., para ser presidente, de V.Exa. e da Deputada Helena, teve 40 votos, mas o Deputado Milhomem não dirige a Casa sozinho, ele foi eleito com mais oito companheiros para uma Mesa Diretora, e é exatamente aí que eu quero mostrar que a tese de V.Exa. claudica nesse ponto. Deputado Milhomem teve 40 votos, mais os demais membros da Mesa tiveram apenas 21 votos e nem por isso essa Casa ficou ingovernável, muito pelo contrário, V.Exa. mesmo, que não votou freqüente o gabinete da Presidência, tem acesso a todas as dependências da Casa, qualquer das suas secretarias, não há dificuldades, nós vivemos um ambiente de tranqüilidade e de completa governabilidade. Acho que V.Exa. talvez tenha que se preocupar com as interferências externas. Aquela eleição passada, nós um grupo de deputados que tomou a posição ganhou a eleição, é verdade que quando a eleição estava ganha alguns de fora correrem para assumir também a vitória, mas nem isso empanou o brilho daquele movimento. Eu louvo a preocupação de V.Exa com a governabilidade da Casa, mas acho que V.Exa está sendo cauteloso demais para o Dutra que nós conhecemos, um Dutra que tem um pouco de Timóteo, um pouco de Lampião e um pouco de Bin Laden. Eu só espero que esse Timóteo não seja do Aginaldo.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Deputado Aderson, V.Exa também teria razão, é evidente que aqui é uma avaliação; uma avaliação não em cima do nada, mas a minha reflexão está ligada Deputado Aderson, quando o Deputado Milhomem se elegeu aqui com 40 votos e que foi um consenso majoritário desta Casa e é por isso que ele governa com uma certa tranqüilidade, não havia a crise política que hoje nós vivemos. Naquele momento o grupo Sarney fingindo ou não continuava unido, hoje esse grupo não está unido, não vejo perspectiva de voltar a se reunir, a não ser que o sorriso da Deputada Teresa Murad diga o contrário, mas mesmo assim não desejo que voltem a se unir. Acho que eles têm que continuar dividido para o Maranhão viver, porque enquanto esse grupo esteve unido quem padeceu foi a população. Portanto, defendo que grupo Sarney tem que continuar brigando para o Maranhão poder ganhar liberdade. Se isso ocorrer é evidente que a próxima Mesa da Assembléia vai ter aqui muito trabalho pela frente. Então, Deputado Aderson pode ser que o que eu esteja falando não aconteça nada, se não aconteceu nada, muito bem, o parlamento conduz seu trabalho, vai mediar os conflitos que têm, vai cumprir seu papel e aí nós estaremos bem, mas pode ocorrer aquilo que eu estou antevendo. E também V.Exa. sabe que por conta do conflito político essa maioria apertada está sendo formada, não é só por interferência, no processo de exclusão e acho que ninguém aqui embaixo, os 20 que poderão ser excluídos, tenho certeza que os 20 não vão ficar aqui batendo palmas. Portanto, é preciso que haja uma Mesa que tenha uma legitimidade mais ampla possível, que tem um consenso mais amplo possível desse plenário para poder dirigir esta Casa nas dificuldades que viram, por isso mesmo com a sua previsão, é a respeito de que tudo vai ser normal, mesmo assim não vejo motivo para que os 42 deputados não façam um debate sobre como vai ser o parlamento daqui para frente. Aliás senhor presidente, não vejo porque, que uma

mesa de 9 deputados, com um plenário de 42 deputados, porque que periodicamente a gente não reúne para fazer um balanço das atividades, examinar o que foi feito de bom e corrigir o que está errado. É impressionante 42 pessoas passam dois anos e não é feita nenhuma reunião para os 42 deputados terem uma noção de como está o parlamento. Não sei como funciona a Mesa, não sei se se reúne, se debate, se planejam, mas acho que pelo menos este plenário deveria periodicamente ter um espaço para discutir os rumos do parlamento. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Tempo dos Blocos Parlamentares. BPP.BPD. Com a palavra o Deputado Rubens Pereira.

O SENHOR DEPUTADO RUBENS PEREIRA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores membros da Mesa, senhores deputados, senhoras deputadas, galeria, imprensa. Senhor presidente, eu venho a essa tribuna hoje só para informar aos colegas desta Casa que ontem a comissão que foi criada por esta Casa aqui para acompanhar os programas sociais do Governo Federal, do Governo do Estado e dos Governos Municipais... nós nos deslocamos ontem ao município de Icatu, e lá senhor presidente, nós pudemos constatar, os 6 deputados que lá foram; Deputado Rubens, Deputado Wilson Carvalho, Deputado Paulo Neto, Deputado Elígio Almeida, Deputado Pavão Filho, e pudemos constatar algumas irregularidades lá no andamento dos programas. Irregularidades estas que não são praticadas pelo Poder Público Municipal. Nós encontramos irregularidades, denúncias muito graves, quando as pessoas que são lesadas são exatamente os beneficiadas, Deputado Chico Gomes, as pessoas que lá se dirigem a agência da Caixa Econômica, uma casa lotérica, lá foram lesadas várias mães de famílias, por funcionários da agência lotérica, e o delegado daquele município já tomou as providências, já abriu alguns inquéritos, inclusive, nós trouxemos cópias dos inquéritos e o promotor de justiça já está tomando as devidas providências, porque foram várias pessoas que nós pudemos constatar realmente que estavam sendo lesadas lá na Caixa Econômica Federal. E para nossa surpresa até o momento a superintendência da Caixa Econômica ainda não tomou nenhuma providência no sentido de punir as pessoas que são responsáveis por estar lesando aquelas pessoas tão necessitadas, que precisam dos recursos do Bolsa Escola, do Vale Gás, do Bolsa Alimentação, porque as pessoas que têm coragem de desviar, de ficar com o dinheiro de uma pobre mãe de família que necessita daquele dinheiro para sustentar o seu filho, são pessoas que não tem nenhum tipo de responsabilidade com o ser humano, porque nós, eu o Deputado Elígio, o Deputado Paulo Neto, nós ficamos responsáveis pela as diligências nas residências, nós escolhemos umas trinta residências para fazermos uma visita e lá encontramos várias pessoas reclamando. Como é feito o desvio Deputado Chico Gomes? A pessoa chega lá na agência da casa lotérica, aí a funcionária pede para passar o cartão, a mãe de família passa o cartão digita a senha e a funcionária que está com a tela pelo lado de dentro, diz: olha, o seu dinheiro não veio. E a mãe de família sem nenhum esclarecimento vai embora, não questiona e no qual que o dinheiro dela já ficou sacado e não foi entregue para a pessoa que foi receber. E aí o delegado de polícia daquele município de Icatu já começou a abrir o inquérito e a funcionária da casa lotérica, inclusive, começou a devolver o dinheiro de algumas mães de família que não tinham recebido e aí orientada por um advogado, depois que tinha devolvido já para algumas mães de famílias, o advogado disse não devolva mais nenhum centavo, porque cada um que você está devolvendo você está se incriminando muito mais, e aí ela deixou de devolver os recursos. Então, é uma coisa que a comissão tem que encaminhar o relatório imediatamente para a Caixa Econômica Federal, para que a Caixa Econômica Federal possa punir as pessoas responsáveis por isso que está ocorrendo lá em Icatu. E os outros desmandos que nós encontramos lá senhor presidente, foi a falta de informação, as pessoas são muito mal informadas, quando chega o dia do recebimento do seu dinheiro, eles chegam no posto da Caixa Econômica e não sabem se o dinheiro que está entrando é do Vale Gás ou do Bolsa Família, se é do Bolsa

Escola, então falta muita informação, a mãe de família vai para lá pensando que vai receber oitenta reais e quando chega lá a funcionária diz: hoje só entrou quinze reais, só entrou o Vale Gás. Então ela não sabe a quem recorrer para poder saber onde está o seu dinheiro. Se a culpa é do Governo Federal, se é da Caixa Econômica ou se é do posto da casa lotérica lá do município. Então, foram essas as irregularidades que nós encontramos lá, foi uma Audiência Pública onde estiveram presente ontem mais 300 mães de família. Hoje a comissão vai se deslocar ao Município de Santa Rita e amanhã vai ao Município de Alcântara. Então, eu quero louvar a iniciativa desta Casa de ter criado esta comissão, porque com certeza esta comissão vai dar uma grande contribuição às mães de família que necessitam desses poucos recursos, mas que para elas se tornam muito, porque na hora que elas recebem essa ajuda do Governo Federal, ajuda muito no sustento dos seus filhos. Então, eram essas as informações que eu queria passar a todos os colegas desta Casa. Muito obrigado.

VI - EXPEDIENTE FINAL

Usaram a tribuna:

Deputado Mauro Bezerra
Deputado Julião Amin
Deputado Domingos Dutra
Deputado Rubem Brito

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a sessão.

VOTAÇÃO NOMINAL

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

N.º 009/03 17/11/04

NOME PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE	SIM	NAO
01. ADERSON LAGO		X		
02. ALBERTO FRANCO			X	
03. ANTONIO CARLOS BACELAR		X		
04. ANTONIO PEREIRA	X		X	
05. CARLOS A. MILHOMEM	IMPEDIM.			
06. CARLOS BRAIDE	X			X
07. CARLOS FILHO		X		
08. CESAR PIRES		X		
09. CRISTINA ARCHER	X			X
10. DEUSEDITHI SAMPAIO		X		
11. DOMINGOS DUTRA	X			X
12. ELIGIO ALMEIDA	X			X
13. FRANCISCO GOMES	X			X
14. GEOVANE CASTRO		X		
15. GRAÇA PAZ		X		
16. HELENA BARROS HELIY	X			X
17. HELIO SOARES		X		
18. HUMBERTO COUTINHO		X		
19. JANICE BRAIDE		X		
20. JOAO EVANGELISTA		X		
21. JOAQUIM NAGIB HAICKEL	X			X
22. JOSE LIMA	X			X
23. JULIAO AMIN	X			X
24. LUIZ PEDRO	X			X
25. MANOEL CEARA	X			X
26. MANOEL RIBEIRO	X			X
27. MAURA JORGE		X		
28. MAURO BEZERRA	X			X
29. MAX BARROS		X		
30. PAULO NETO	X			X
31. PAVAO FILHO	X			X
32. PEDRO VELOSO		X		
33. REGINALDO NUNES	X			X
34. RIGO TELES	X			X
35. RUBEM BRITO		X		
36. RUBENS PEREIRA	X			X
37. SOCORRO WAQUIM		X		
38. SOLINEY SILVA	X			X
39. STENIO REZENDE	X			X
40. TELMA PINHEIRO		X		
41. TERESA MURAD	X			X
42. WILSON CARVALHO	X			X

MANTIDO O VETO

02 VOTOS SIM

23 VOTOS NÃO

17 AUSENTES E 01 IMPEDIMENTO

VOTAÇÃO NOMINAL

Veto Total ao Projeto de Lei n.º 209/04 - 17/11/2004

NOME PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE	SIM	NAO
01. ADERSON LAGO		X		
02. ALBERTO FRANCO	X		X	
03. ANTONIO CARLOS BACELAR	X			X
04. ANTONIO PEREIRA	X			X
05. CARLOS A. MILHOMEM	IMPEDIM.			
06. CARLOS BRAIDE	X			X
07. CARLOS FILHO		X		
08. CESAR PIRES	X		X	
09. CRISTINA ARCHER	X			X
10. DEUSEDITHI SAMPAIO		X		
11. DOMINGOS DUTRA	X		X	
12. ELIGIO ALMEIDA	X			X
13. FRANCISCO GOMES	X		X	
14. GEOVANE CASTRO		X		
15. GRAÇA PAZ		X		
16. HELENA BARROS HELIY	X		X	
17. HELIO SOARES		X		
18. HUMBERTO COUTINHO		X		
19. JANICE BRAIDE		X		
20. JOAO EVANGELISTA		X		
21. JOAQUIM NAGIB HAICKEL		X		
22. JOSE LIMA	X			X
23. JULIAO AMIN	X		X	
24. LUIZ PEDRO	X		X	
25. MANOEL CEARA	X		X	
26. MANOEL RIBEIRO	X			X
27. MAURA JORGE		X		
28. MAURO BEZERRA	X		X	
29. MAX BARROS		X		
30. PAULO NETO	X			X
31. PAVAO FILHO	X			X
32. PEDRO VELOSO		X		
33. REGINALDO NUNES	X			X
34. RIGO TELES	X			X
35. RUBEM BRITO	X		X	
36. RUBENS PEREIRA	X			X
37. SOCORRO WAQUIM		X		
38. SOLINEY SILVA	X			X
39. STENIO REZENDE	X			X
40. TELMA PINHEIRO	X			X
41. TERESA MURAD	X		X	
42. WILSON CARVALHO	X			X

MANTIDO O VETO

11 VOTOS SIM

16 VOTOS NÃO

14 AUSENTES E 01 IMPEDIMENTO

VOTAÇÃO NOMINAL

Veto Parcial ao Projeto de Lei n.º 286/03 - 17/11/2004

NOME PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE	SIM	NAO
01. ADERSON LAGO		X		
02. ALBERTO FRANCO	X		X	
03. ANTONIO CARLOS BACELAR	X			X
04. ANTONIO PEREIRA	X			X
05. CARLOS A. MILHOMEM	IMPEDIM.			
06. CARLOS BRAIDE	X			X
07. CARLOS FILHO		X		
08. CESAR PIRES	X		X	
09. CRISTINA ARCHER	X			X
10. DEUSEDITHI SAMPAIO		X		
11. DOMINGOS DUTRA	X		X	
12. ELIGIO ALMEIDA	X			X
13. FRANCISCO GOMES	X		X	
14. GEOVANE CASTRO		X		
15. GRAÇA PAZ		X		
16. HELENA BARROS HELIY	X		X	
17. HELIO SOARES		X		
18. HUMBERTO COUTINHO		X		
19. JANICE BRAIDE		X		
20. JOAO EVANGELISTA		X		
21. JOAQUIM NAGIB HAICKEL		X		
22. JOSE LIMA	X			X
23. JULIAO AMIN	X		X	
24. LUIZ PEDRO	X		X	
25. MANOEL CEARA	X		X	
26. MANOEL RIBEIRO	X			X
27. MAURA JORGE		X		
28. MAURO BEZERRA	X			X
29. MAX BARROS		X		
30. PAULO NETO	X		X	
31. PAVAO FILHO	X			X
32. PEDRO VELOSO		X		
33. REGINALDO NUNES	X		X	
34. RIGO TELES	X			X
35. RUBEM BRITO	X		X	
36. RUBENS PEREIRA	X			X
37. SOCORRO WAQUIM		X		
38. SOLINEY SILVA	X			X
39. STENIO REZENDE	X			X
40. TELMA PINHEIRO	X			X
41. TERESA MURAD	X		X	
42. WILSON CARVALHO	X			X

MANTIDO O VETO
11 VOTOS SIM e 15 VOTOS NÃO
15 AUSENTES e 01 IMPEDIMENTO

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
E REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO DE ORÇAMENTO,
FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO**

PARECER Nº 202/2004

RELATÓRIO:

Cuida-se de Projeto de Lei 136/2004, de iniciativa do ilustre Deputado ALBERTO FRANCO, que isenta do pagamento da taxa de inscrição do curso seletivo vestibular e seriado (PASES) da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e dá outras providências.

A proposição de lei sob exame, estabelece que os alunos da rede pública estadual de ensino e os declaradamente pobres, ficam isentos do pagamento da taxa de inscrição do concurso seletivo vestibular e seriado (PASES) promovido pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

A princípio pode parecer que o projeto de lei em causa depara em óbice de natureza constitucional pelo fato de versar sobre isenção de taxa, que é do gênero tributo, matéria de iniciativa privativa do Governo do Estado (art. 43, inciso III). Entretanto, não vislumbramos óbice algum à sua aprovação, a teor da decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou a constitucionalidade da lei Estadual nº 7983/2001, do Rio Grande do Norte, que isenta de taxa de inscrição todos os candidatos ao exame vestibular da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (ADIN 2643) de autoria do governador do Estado contra a Assembléia Legislativa.

Assim sendo, temos para nós que o ilustre parlamentar dispõe de competência para inaugurar o processo legislativo.

Em face de tais evidências a proposição se revela das mais conveniências e justas, devendo merecer acolhida por esta Casa.

VOTO DO RELATOR:

Diante do exposto e pelas razões acima alencadas, concluímos pela juridicidade e constitucionalidade do projeto de lei nº 136/2004, visto que o mesmo não apresenta vícios em relação a sua iniciativa ou propositura.

É o voto

PARECER DAS COMISSÕES:

Em conformidade com o art. 43, da Resolução Administrativa nº 449, de 24.06.04. (Regimento Interno) deste Poder, reúnem-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final e da Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização, para apreciar a matéria.

Os membros das Comissões aqui reunidos, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 136/2004, nos termos do voto do relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”,
17 de novembro de 2004.

DEPUTADA TERESA MURAD – PRESIDENTE
DEPUTADO CARLOS BRAIDE – RELATOR
DEPUTADO PAVÃO FILHO
DEPUTADO ANTONIO PEREIRA
DEPUTADO MAURO BEZERRA
DEPUTADO SOLINEY SILVA
DEPUTADO RUBENS PEREIRA
DEPUTADO RUBEM BRITO

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

PARECER Nº 203/2004

RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Lei nº 133/2004, de iniciativa da ilustre Deputada TELMA PINHEIRO, que dispõe sobre a criação de um Cadastro Estadual de Foragidos de Justiça.

De acordo com o texto do Projeto de Lei sob exame o “Cadastro Estadual de Foragidos deverá constar dados pessoais do foragido da justiça, capazes de facilitar a identificação da pessoa sendo imprescindível nome completo, alcunha fotografia e processos que responde”.

Aduz a Senhora Deputada em Sua Justificativa que: “vários destes criminosos encontram-se foragidos da justiça e continuam praticando crimes e espalhando terror”.

Objetivo da presente proposição, como podemos observar, é proporcionar ao Sistema de Segurança do Estado uma nova ferramenta para incrementar e agilizar medidas de localização e apreensão com a participação da sociedade.

Em face de tais evidências, a proposição se revela das mais justas, devendo merecer acolhida por este Colegiado.

VOTO DO RELATOR:

A matéria é oportuna e de grande interesse social, não oferecendo portanto, nenhum óbice à sua aprovação, eis que foram atendidas as exigências de ordem legal e constitucional. Isto posto, votamos pela sua aprovação.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 133/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”,
17 de novembro de 2004.

DEPUTADA TERESA MURAD – PRESIDENTE
DEPUTADO CARLOS BRAIDE – RELATOR
DEPUTADO PAVÃO FILHO
DEPUTADO ANTONIO PEREIRA
DEPUTADO MAURO BEZERRA

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E
FISCALIZAÇÃO**

PARECER Nº 007/2004

RELATÓRIO:

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES encaminhou a esta Casa, por meio da Mensagem nº 073, datada de 29 de setembro do ano em curso, o incluso Projeto de Lei nº 127/2004, que Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2005, consoante dispõe a Carta Magna Estadual.

Publicado em 04/10/2004, foi o Projeto distribuído à esta Comissão, para exame e parecer, em conformidade com o artigo 137, da Constituição do Estado e com o artigo 242 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

Cabe-nos agora, analisar o presente projeto de lei, quanto ao aspecto legal, uma vez que os propósitos e objetivos da lei que ora se

delineia não propiciam espaço à menor objeção ou crítica quanto ao seu mérito financeiro (receitas e despesas).

O Orçamento Público tem funções de natureza alocativa e gerencial que refletem, além do seu caráter de controle político, o objetivo de instrumentalizar a administração na programação, na execução e no controle de suas atividades. Dessa forma, mais que um mero instrumento de previsão de receitas e de autorização de gastos, a peça orçamentária deve constituir-se em um instrumento efetivo de fiscalização e de avaliação de políticas públicas, competência constitucional do Poder Legislativo de crescente importância em comparação com a função legislante.

A Proposta Orçamentária em análise expressa as metas do Governo do Estado para o exercício de 2005, observados os dispositivos constitucionais e os fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, devendo também obedecer aos dispositivos da Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000.

O presente Projeto de Lei estima a receita no valor R\$ 3.771.110.410,00 (três bilhões, setecentos e setenta e um milhões, cento e dez mil e quatrocentos e dez reais) e fixa a despesa em igual montante, com predomínio das despesas correntes, destinadas à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos, estando orçada em R\$ 2.781.849.203,00 (dois bilhões, setecentos e oitenta e um milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e três reais). Sobre as receitas correntes destacam-se as originárias de transferências correntes e de receitas tributárias. Essas duas origens representam, juntas, a maior parte, do montante das receitas correntes. As transferências correntes são formadas basicamente pela participação do Estado nas receitas da União.

Apesar de todo o esforço de ajuste na execução do orçamento de 2004, a insuficiência de receita se faz presente no orçamento para 2005, ou seja, as receitas estimadas não serão suficientes para financiar todas as despesas programadas, consoante expõe o Senhor Governador em sua Mensagem.

Foram rigorosamente atendidas, na proposta orçamentária para 2005, as vinculações constitucionais com a saúde e a educação (12% e 25% respectivamente).

Sob o ângulo da competência, legalidade ou mérito em nada se atrita o projeto ora sob exame, com os dispositivos constitucionais vigentes. A matéria está amplamente esplanada na justificativa, que demonstra, de modo cabal, a sua adaptação às normas consagradas pela legislação específica, entendemos, pois, justo o objetivo do projeto e necessário se faz a sua aprovação.

VOTO DO RELATOR:

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 127/2004, não apenas pelos méritos técnicos da propositura, mas por está em consonância com a Lei nº 8.154, de 13 de agosto de 2004, (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e com as normas da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização, votam pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 127/2004, nos termos do voto do relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO "LÉO FRANKLIM", em 17 de novembro de 2004.

DEPUTADO RIGO TELES -PRESIDENTE
DEPUTADO PAULO NETO – RELATOR
DEPUTADO SOLINEY SILVA
DEPUTADO RUBENS PEREIRA
DEPUTADO RUBEM BRITO

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PARECER Nº 003/2004

RELATÓRIO:

Veio a esta Comissão Técnica, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 124/2004, de iniciativa do Deputado CARLOS ALBERTO MILHOMEM, que veda o lançamento de dados de clientes de operadoras telefônicas nos cadastros de serviços de proteção ao crédito nos casos que especifica, e dá outras providências.

O Projeto de Lei em epígrafe já tramitou na Douta Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu parecer favorável pela constitucionalidade. Por força regimental, cabe a esta Comissão apreciar quanto ao mérito.

A referida proposição é de grande importância, uma vez que veda às operadoras telefônicas promover o lançamento de dados de seus clientes em débito nos cadastros de serviços de proteção ao crédito.

VOTO DO RELATOR:

Diante do exposto, esta Relatoria entende que a matéria constante do presente Projeto de Lei é meritória. Assim sendo, votamos pela sua aprovação.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Defesa do Consumidor, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 124/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO "LÉO FRANKLIM", em 17 de novembro de 2004.

Dep. MAURA JORGE-Presidente
Dep. Teresa Murad-Relator
Dep. Carlos Braide

RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, REALIZADA AOS 16 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2004, ÀS 10:00 HORAS, NO PLENÁRIO DEPUTADO "GERVÁSIO SANTOS" DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

MAURA JORGE – PRESIDENTE
CARLOS BRAIDE
TERESA MURAD

CONSTOU DA REUNIÃO A SEGUINTE PAUTA:

PARECER Nº 02/2004 – Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 120/2004, que torna obrigatório que a empresa concessionária de serviço público de telefonia fixa no Estado do Maranhão, responsável pela emissão da fatura telefônica forneça informações detalhadas referentes aos "pulsos" efetuados pelo consumidor e dá outras providências.

AUTORIA: Deputado MAX BARROS

RELATOR : Deputado CARLOS BRAIDE

PARECER: Favorável

DECISÃO: Aprovado por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

Sala das Comissões Deputado "Léo Franklim", em 16 de novembro de 2004.

Silvana Roberta A. Amaral
Secretária da Comissão



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Rua do Egito, n.º 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253
CEP.: 65010-908 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

JACIR DA SILVA MORAES
Secretário de Comunicação

HORÁRIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO

MÉDICOS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Jorge Cateb (Coordenador)	Ginecologia/Clinica	Diariamente	08:30 às 13:00 horas
Célia Furtado Ribeiro	Clinica Médica	Segunda-Feira	15:00 às 18:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Segunda-Feira	15:00 às 17:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Segunda-Feira	13:00 às 15:00 horas
Rivo Sérgio de Brito (Chefe)	Clinica Médica	Terça-Feira	08:30 às 12:00 horas
Ibraim Almeida	Pneumologia	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Quinta-Feira	09:00 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Quinta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Izaías Amaral	Clinica Médica	Quinta-Feira	08:30 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Sexta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Maria da Graça Anchieta	Ginecologia	Sexta-Feira	09:00 às 12:00 horas

DENTISTAS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Maurício Manso Correia	Dentista	Segunda-Feira	14:00 às 18:00 horas
Maria Irani de Jesus Santos	Dentista	Terça-Feira	08:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Terça-Feira	14:00 às 17:00 horas
Maria Edla C. P. Araújo	Dentista	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Enedina Linhares Sales	Dentista	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Quarta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Roseane Pessoa Lima	Dentista	Quinta-Feira	08:00 às 13:00 horas
Marília Barros Muniz	Dentista	Quinta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Nemézio de Sá Sousa (Chefe)	Dentista	Sexta-Feira	08:00 às 13:00 horas